

TRANSPARÊNCIA

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Apoio internacional

BID aporta US\$ 1 milhão
em projeto para difundir IFRS

Bola na rede

Novas normas devem
melhorar gestão esportiva

De portas abertas

Mercado de capitais faz de tudo para atrair as PMEs

Bem-vindas!



5 Editorial

6 Entrevista

Leonardo Pereira, presidente da CVM

12 De portas abertas

Mercado de capitais faz de tudo para atrair PMEs

20 Setor de seguros segue em expansão

E enfrenta o desafio de manter a rentabilidade frente à queda de juros

25 Educação continuada

Resultados do Exame de Suficiência causam apreensão



26 A regra é clara

Novas normas vão melhorar a gestão dos clubes de futebol



30 Ágio da discórdia

Indefinição provoca desconforto e insegurança no mercado

32 Parceria internacional

BID aprova projeto de U\$ 1 milhão para difusão das IFRS



38 Ibracon reforça apoio às FAPMP

Nacional cria diretoria para firmas de pequeno e médio portes

42 Pingos e respingos

Confira as ações do Ibracon



44 Sintonia fina

Leia os dois últimos CTs do Ibracon

46 De geração em geração

Conheça o novo presidente do Sescon-SP, Sérgio Approbato Machado Jr.

48 Opinião

Relações de trabalho e *compliance*: parceria necessária



50 Inscrições abertas

Conferência Brasileira tem vagas limitadas



A Revista Transparência Ibracon

é uma publicação trimestral do
Ibracon – Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil
Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 8º e 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

Conselho de Administração

Adeildo Osório de Oliveira
Adelino Dias Pinho
Antônio Carlos de Castro Palácios
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Edmar Sombra Bezerra
Fernando Dantas Alves Filho
Gilberto Bagaiolo Contador
Guy Almeida Andrade
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Juarez Lopes de Araújo
Marcelo de Deus Saweryn
Marco Aurélio Cunha de Almeida
Mário Vieira Lopes
Patrício Marques Roche
Paolo Giuseppe Araújo
Pedro Augusto de Melo
Ricardo Julio Rodil

Diretoria Nacional

Presidente
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Diretor Técnico
Idésio da Silva Coelho Júnior
Diretor de Administração e Finanças
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Diretor de Desenvolvimento Profissional
Carlos Alberto de Sousa
Diretor de Regionais
Paulo César Santana
Diretor de Comunicação
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Diretor de FAPMP
Adriano Roberto Legnari Faria

Superintendente

Marco Aurelio Fuchida

Conselho Editorial

Adelino Dias Pinho
André Luiz Bufoni
Antonio Duarte Carvalho de Castro
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Giovana Batistella
Heloisa Helena Montes
Henrique José Fernandes Luz
Iran Siqueira Lima
Jorge Alberto da Cunha Moreira
Juarez Lopes de Araújo
Marco Aurelio Fuchida



Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora
Geralda Privatti

Reportagem
Elaine Cotta
Renato Vaisbih



Projeto gráfico e diagramação
AreaDesign - Wilma Temin

Trabalho conjunto



É muito gratificante ver que o trabalho sério é reconhecido. O processo de adoção das IFRS no Brasil – para o qual o Ibracon deu relevante contribuição – repercutiu positivamente além das fronteiras nacionais. Prova disso é a notícia, desta edição da *Transparência Ibracon*, de que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou o aporte de recursos de US\$ 1 milhão para um projeto que tem o Ibracon como executor.

Aproveito para reafirmar, aqui, meus agradecimentos às instituições que participam do projeto: a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), que atuará como coexecutora, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais (Apimec), a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e a BM&FBovespa.

Além dessa boa notícia, a revista também traz uma excelente entrevista com o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leonardo Pereira. Entre outros temas, ele nos fala de sua intenção de prosseguir com as ações já iniciadas visando a destravar o acesso das pequenas e médias empresas ao mercado de capitais. Dada a importância da questão, esse é o tema da reportagem especial desta edição: *Portas abertas às PMEs*.

Outra matéria que recomendo é *Renda em expansão. E o setor de seguros também*, que aborda o desafio desse mercado para manter a rentabilidade frente à queda dos juros. E não deixe de ler *A regra é clara*, sobre as novas normas para a contabilidade dos clubes de futebol.

Boa leitura a todos,

Um abraço,
Eduardo Pocetti
Presidente do Ibracon

Mercado de capitais para todos



Onovo presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leonardo Pereira, tem convicção de que o cenário econômico brasileiro, com uma classe média emergente, é propício para atrair novos investidores ao mercado de capitais. Ele também aponta que a popularização dos negócios com ações vai exigir um incremento dos programas de educação financeira com o objetivo, principalmente, de assegurar maior proteção aos consumidores de serviços financeiros.

No cargo desde novembro de 2012, Pereira sente-se seguro à frente da autarquia responsável pela regulação do mercado de capitais graças à sua experiência de 30 anos na iniciativa privada, ocupando posições de liderança em grandes empresas, como Gol Linhas Aéreas, Companhia Vale do Araguaia, Globopar e Net Serviços de Comunicação.

Formado em Economia e Engenharia de Produção, o novo presidente da CVM também vê com bons olhos o estímulo à emissão de ações por parte de pequenas e médias empresas e demonstra otimismo com a adoção das normas IFRS no Brasil e o trabalho dos auditores independentes.

Para ele, "o auditor independente é um elemento imprescindível para a credibilidade do mercado e um instrumento de inestimável valor na proteção dos investidores, na medida em que sua função é zelar pela fidedignidade e confiabilidade das informações contábeis prestadas pela entidade auditada ao mercado de valores mobiliários".

Leia, nas próximas páginas, os principais trechos da entrevista com Leonardo Pereira.



De que forma sua experiência na iniciativa privada deverá contribuir para o sucesso da gestão à frente da CVM?

Tenho 30 anos de experiência no mercado, junto à iniciativa privada. Trabalhei em diversos países com ambientes regulatórios distintos, em estágios diferentes de desenvolvimento. Isso me deu *know-how* e a habilidade de poder, sempre que surgir uma questão considerada de maior importância, refletir antes de apresentar minha opinião. Acredito que minha experiência como diretor de relações com investidores, por quase 12 anos, também pode contribuir nesta gestão.

“O Brasil tem uma classe média emergente enorme, que está consumindo mais e que, provavelmente, vai querer investir”

Qual sua avaliação sobre o mercado de capitais no Brasil?

Ao analisarmos outros países, sejam menores, maiores ou parecidos com o nosso, percebemos que o mercado de capitais está se expandindo. Temos um Brasil bem diferente de 20 anos atrás, por exemplo. Estamos falando em um país com juros baixos, economia estável, que tem fundamentos sólidos,

reconhecido internacionalmente na área de regulação e que conta com uma classe média emergente enorme, que está consumindo mais e que, provavelmente, vai querer investir. Por isso, é preciso que as oportunidades e os produtos do mercado sejam apresentados de forma clara para estes investidores. Há mais pessoas poupando e temos que prestar atenção nisso.

As Bolsas foram o pior investimento de 2012. Como o senhor avalia o cenário e o que se pode esperar para este ano?

Nos Estados Unidos e em outros países, as pessoas usam o mercado acionário para garantir a aposentadoria, um futuro melhor. A Bolsa ainda é um importante instrumento de financiamento para as empresas e para o investimento produtivo.

Com este foco, não tenho dúvidas de que a educação financeira é uma valiosa ferramenta para fortalecer a proteção dos consumidores de serviços financeiros. Além disso, educar é absolutamente essencial, especificamente no âmbito do mercado de capitais, não apenas para uma popularização do mercado acionário, mas para que essa ampliação ocorra por meio de escolhas de investimentos adequados ao perfil dos investidores.

Não há dúvida, portanto, de que existe amplo potencial de crescimento do mercado de capitais, do lado dos investidores. E a CVM desenvolve, desde 1998, uma atuação educacional, inicialmente com ações próprias e, a partir de 2006, também em cooperação com as principais entidades representativas do mercado de capitais, por meio do Comitê Consultivo de Educação.

A queda de juros força as empresas e o investidor a correrem maiores riscos para elevar seus rendimentos. Como o mercado acionário pode se beneficiar dessa realidade?



“A educação financeira é uma importante ferramenta para fortalecer a proteção dos consumidores de serviços financeiros”

Vejo que o mercado está se adequando à necessidade do investidor, face à atual realidade. Porém, será sempre preciso ficar de olho, pois as mudanças são constantes. Como estar pronto para lidar com as coisas novas? Um exemplo são os fundos imobiliários, que vão para o varejo. É preciso ter pessoas capacitadas para vender, oferecer, de

forma adequada, o produto novo. E que seja bem explicado, de maneira a permitir que o investidor saiba o que está comprando.

O Brasil viveu um boom de IPOs em 2008, mas depois houve um recuo. Agora, verifica-se um novo movimento de fusões e aquisições,

inclusive com a chegada de investidores estrangeiros. O senhor espera uma nova onda de abertura de capital? Em quais setores? Quando chegaremos aos patamares das Bolsas de outras economias, algumas com até quatro mil empresas abertas?

O Brasil continua crescendo, com uma classe média cada vez maior. É natural que, em um país com taxas de juros menores, você tenha um mercado que continue se expandindo. Para esse crescimento ser organizado, a CVM deve estar pronta para lidar com isso.

A autarquia faz parte do Comitê de Trabalho de Ofertas Menores, grupo formado por representantes dos setores público e privado com o objetivo de receber, analisar tecnicamente e formular uma agenda de ações para ampliar a utilização do mercado de capitais por pequenas e médias empresas pela emissão de ações. Como parte dos resultados dos trabalhos, o Comitê poderá promover, dentro do âmbito de sua competência, alterações em suas normas que se mostrem convenientes e necessárias para estimular o acesso de pequenas e médias empresas ao mercado de capitais.

O senhor poderia comentar um pouco mais as iniciativas da CVM visando a facilitar a captação de recursos por empresas de pequeno e médio portes com a emissão de ações?

A autarquia tem muita disposição em visitar normas que possam estar, de alguma forma, travando esse mercado – caso o Comitê Técnico chegue a essa

conclusão. Ao mesmo tempo, espera-se que esse Comitê, por produção própria ou com base em contribuições de outras pessoas, avalie as propostas sob diferentes perspectivas, de forma que elas possam produzir efeitos positivos e duradouros para a criação de um mercado que permita a presença de mais e mais empresas ao longo dos anos, o que só é possível se houver investidores satisfeitos com o grau de proteção que consideram adequado e dispostos a adquirir as ações dessas empresas.

“Os efeitos de se ter uma linguagem contábil comum são muito positivos”

Qual sua análise do impacto da adoção das IFRS no Brasil?

A convergência do Brasil às IFRS foi muito importante para o mercado. Os efeitos de se ter uma linguagem contábil comum são muito positivos. Com a globalização, com operações que vão além de fronteiras, ter normas contábeis comuns é essencial. E isso merece muita atenção, pois as IFRS abrem alguns espaços para interpretação. É de extrema relevância que essa consolidação seja feita com muita prudência e cautela.

Qual o papel da contabilidade e da auditoria para a transparência e o fortalecimento do mercado de capitais?

São serviços imprescindíveis. Vejamos, por exemplo, o esforço de aperfeiçoar a qualidade das demonstrações financeiras das companhias abertas brasileiras. A CVM, por meio da Instrução nº 509/2011, reconhece que a presença de comitê de auditoria nas companhias pode melhorar, substancialmente, a supervisão e o monitoramento dos serviços realizados pelos auditores independentes. Os comitês de auditoria, já presentes em diversas companhias abertas brasileiras, têm competência para supervisionar



as atividades dos auditores externos independentes, mitigando eventuais problemas de independência ou de conflitos nessas atividades.

Por esse motivo, a CVM entendeu que o prazo para o rodízio poderia ser aumentado de cinco para dez anos, desde que a companhia tenha comitê de auditoria estatutário (CAE) nos moldes definidos pela Instrução 509/11. A imposição de rotatividade aos auditores tem por objetivo evitar que a prestação de serviços de auditoria, por longos períodos, comprometa a qualidade do serviço prestado ou a independência do auditor.

Julgo de grande relevância o papel dos auditores independentes no



“A auditoria independente é um elemento imprescindível para a credibilidade do mercado”

desenvolvimento do mercado de capitais. Uma auditoria efetivamente independente constitui um suporte indispensável ao bom desempenho das atribuições da CVM. A auditoria independente é um elemento imprescindível para a credibilidade do mercado e um instrumento de inestimável valor na proteção dos investidores, na medida em que sua função é zelar pela fidedignidade e confiabilidade das informações contábeis prestadas pela entidade auditada ao mercado de valores mobiliários.

Além disso, a clareza dessas informações, inclusive a divulgação

em notas explicativas de informações indispensáveis à visualização da situação patrimonial e financeira e dos resultados da entidade auditada, depende de um sistema de auditoria eficaz e, fundamentalmente, da tomada de consciência do auditor independente quanto ao seu papel.

Como a parceria entre a CVM e o Ibracon pode contribuir para a melhoria das empresas que fazem parte do mercado de capitais?

Para o bom andamento do mercado é de grande importância para o regulador ter parceiros, órgãos e instituições que possam apresentar pleitos, demandas,

sugestões. Recentes e positivos resultados mostram que a CVM avançou em direção ao aperfeiçoamento do mercado brasileiro de capitais. Estou certo de que a autarquia, em parceria com o Ibracon, poderá oferecer, cada vez mais, condições para a melhoria das empresas e participantes. ✓





3^a

**CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE
CONTABILIDADE E
AUDITORIA INDEPENDENTE**

10 e 11 de junho de 2013

Hotel Intercontinental
Alameda Santos, 1123 - São Paulo

Inscrições Abertas (Vagas Limitadas)

Mais Informações em www.ibracon.com.br/conferencia

Realização:

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL



Portas abertas às PMEs

O Brasil vem assistindo nos últimos tempos a uma frenética movimentação na busca por alternativas para incentivar a abertura de capital de pequenas e médias empresas (PMEs). As iniciativas vão desde mudanças nas regras por parte da CVM até a formação de um grupo multidisciplinar – o Programa de Aceleração do Crescimento para Pequenas e Médias Empresas (PAC-PME) – destinado a apresentar sugestões, com a participação de representantes da iniciativa privada, de bancos, auditorias, escritórios de advocacia e entidades e associações de classe.

Os especialistas concordam em que é preciso uma mudança cultural, com a quebra de paradigmas. Assim, a auditoria torna-se primordial para as PMEs que pretendem fazer a captação de recursos por meio da emissão de ações. Basta lembrar que as companhias que desejam chegar à Bolsa devem apresentar três anos de balanço auditado e aquelas já listadas precisam divulgar o documento trimestralmente.

“Temos, portanto, obrigação de contribuir com o debate sobre as PMEs e, por meio de nossos projetos na área educacional, disseminar conhecimento sobre a função da auditoria. O mercado, especialmente os pequenos e médios empresários, tem muito a conhecer sobre o trabalho dos auditores”, afirma Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.



Empresas de pequeno e médio portes têm apoio para entrar no mercado de capitais, mas precisam investir em controles internos confiáveis e números auditados



Eduardo Pocetti

A discussão ganhou ainda mais força no final de 2012, com a divulgação de notícias sobre a possibilidade de a CVM desburocratizar o acesso das PMEs ao mercado de capitais. O próprio presidente da autarquia, Leonardo Pereira, afirmou em entrevista à *Transparência Ibracon* (veja pg. 6) que existe disposição "de revisar normas que possam estar, de alguma forma, travando esse mercado".

Um primeiro passo já foi dado poucos dias após a posse de Pereira, em novembro do ano passado, quando a CVM anunciou que, nas operações inferiores a R\$ 150 milhões, analisadas caso a caso, poderá dispensar as PMEs de algumas exigências previstas na Instrução CVM 400/03 – que regula as ofertas públicas de ações. E também simplificar documentos, como o prospecto da oferta, o edital de leilão e a publicação do aviso de início da distribuição.

Um novo capítulo na história da presença das pequenas e médias empresas no mercado acionário brasileiro também pode ser escrito em breve com o apoio do setor público. O Ministério da Fazenda anunciou que estuda o abatimento, no Imposto de Renda, de recursos gastos pelas PMEs no processo de IPO.

Futuro promissor para as PMEs na Bolsa de Valores

A gerente de Prospecção de Empresas da BM&FBovespa, Edna Sousa de Holanda, demonstra otimismo com o reposicionamento dos órgãos governamentais para facilitar a abertura de capital das PMEs. "Também houve a formação de um comitê técnico na Bolsa, chamado de 'ofertas menores' e com representantes do Governo Federal, para discutir formas de simplificar o acesso das PMEs ao mercado de capitais. Ainda houve a sinalização de que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai exigir um prazo mais curto, para a listagem na Bovespa, das empresas de médio porte que receberem seus investimentos", diz.

Criado em 2005, o programa Bovespa Mais tem como objetivo atender justamente as PMEs, com o diferencial de que é permitido que as companhias, ao se listarem, tenham prazo de até sete anos para contar com 25% do seu capital social em circulação no mercado. Seja realizando uma oferta

pública das ações existentes ou por meio da emissão de novas ações no mercado.

Apesar de, atualmente, apenas três empresas estarem listadas no Bovespa Mais, Edna Sousa acredita que o futuro para as PMEs na Bolsa é promissor. Segundo ela, "grande parte do nosso

trabalho é levar conhecimento às companhias fechadas. Temos os cursos do Instituto Educacional, mas também fazemos palestras fora do eixo Rio-São Paulo, onde a informação não circula tão facilmente. Visitamos diversas cidades, como Goiânia, Fortaleza e Recife, sempre levando informação sobre o mercado de capitais. E também abordando o processo de crescimento das companhias, que depende de controles internos confiáveis e de números auditados".

A BM&FBovespa reconhece, porém, que o mercado brasileiro de capitais, mesmo sendo um dos mais ativos do mundo – de 2002 a 2012, a capitalização de mercado das companhias listadas passou de R\$ 438,3 bilhões para R\$ 2,36 trilhões –, ainda afasta as pequenas e médias empresas. Com o objetivo de viabilizar ofertas menores, entre R\$ 50 milhões e R\$ 150 milhões, a Bolsa abriu diálogo com empresas, investidores, intermediários e prestadores de serviços relacionados ao mercado de ações.

A partir daí, veio a certeza de que o setor público pode ter contribuições relevantes para o desenvolvimento do mercado de capitais em direção às PMEs. A informação faz parte do relatório *Utilização do mercado de capitais para o financiamento de pequenas e médias empresas por meio de ações – Diagnóstico do grupo de trabalho experiências internacionais*. O estudo foi elaborado por um grupo do qual Edna Sousa fez parte e que contou com representantes da BM&FBovespa, CVM, BNDES, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Agência Brasileira de Inovação (FINEP). O grupo analisou, *in loco*, regras e práticas dos mercados da Austrália, Canadá, China, Coreia do Sul, Espanha, Polônia e Reino Unido.

Com a experiência adquirida, a gerente da BM&FBovespa conclui que o maior desafio é romper a barreira cultural dos proprietários de pequenas e médias empresas brasileiras. "No Brasil, grande parte das companhias são familiares, com resistência em ter sócios, em divulgar seus números e em ser transparentes".





Maior desafio é romper a barreira cultural dos proprietários, que resistem à ideia de ter sócios

Edna Sousa de Holanda

Grupo tem metas ousadas

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre o acesso das pequenas e médias empresas ao mercado de capitais e a sua importância para o desenvolvimento econômico do País, foi criado pela iniciativa privada o Programa de Aceleração do Crescimento para Pequenas e Médias Empresas (PAC-PME). Trata-se de um fórum permanente que pretende discutir boas práticas para o mercado e disseminar informações por meio, por exemplo, de cursos e de um portal na internet, direcionados aos pequenos e médios empresários e também aos investidores.

A partir de sugestões a serem apresentadas ao Governo Federal – com ênfase nos incentivos fiscais –, o grupo propõe uma verdadeira revolução em um prazo de cinco anos, inclusive com impacto positivo sobre o Produto Interno Bruto (PIB). Entre as principais metas estão viabilizar mais de 750 IPOs de pequenas e médias empresas, o que levaria à marca de quase R\$ 85 bilhões em investimento privado produtivo;

criação de 1,1 milhão de novos empregos formais; cerca de R\$ 10,5 bilhões de arrecadação extra do Imposto de Renda; e quase R\$ 7 bilhões adicionais de contribuições ao INSS/FGTS.

Um levantamento do PAC-PME indica que existem no Brasil nada menos que 30 mil empresas de médio porte e 4,5 milhões de pequenos negócios com potencial para a emissão de ações.

Os integrantes do grupo são reconhecidos pela sua credibilidade, *expertise* e bons resultados no mercado. Estão à frente da iniciativa instituições como o MBC – Movimento Brasil Competitivo, que reúne lideranças empresariais; entidades e associações de classe, como a Fiesp/Ciesp e a Fecomércio-SP; as principais instituições bancárias; e grandes escritórios de advocacia, como Pinheiro Neto, Mattos Filho e Machado, Meyer. As firmas de auditoria independente também indicaram representantes, inclusive as chamadas “big four”.



João Paulo Neves

PAC-PME pretende viabilizar mais de 750 IPOs de pequenas e médias empresas, mobilizando R\$ 85 bilhões em investimentos

"O cenário é positivo. As pequenas e médias empresas estão bem melhor informadas sobre suas responsabilidades e preparadas para passar pelo processo de IPO. Agentes de mercado, como bancos, advogados, auditores e outras empresas de assessoria também estão trabalhando em suas estruturas para poder atender adequadamente a este mercado. É uma questão de tempo e trabalho", avalia André Ferreira, sócio-líder de Mercados Estratégicos da Ernst & Young Terco, que participa dos encontros do PAC-PME.

Ele considera que "no caso de empresas médias, o auditor tem um papel ainda mais importante, que é educacional. Trazer a disciplina e a transparência para a empresa é fundamental durante o processo de preparação para ser bem sucedida como companhia pública".

João Paulo Neves, sócio do Grupo de Mercados de Capitais da KPMG e representante da firma no PAC-PME, acrescenta que um dos principais entraves para a expansão do número de pequenas e médias empresas listadas em Bolsa tem relação direta com a informalidade dos negócios. "Fiquei surpreso após uma apresentação recente sobre o mercado de capitais, quando uma pessoa da plateia me procurou e questionou o que faria com o caixa dois de sua empresa", recorda.

A mudança cultural nas empresas passa a ser um ponto crucial no processo de abertura de capital. "Uma das primeiras coisas a serem feitas é começar a colocar a casa em ordem, investir na governança corporativa, na auditoria e na elaboração dos demonstrativos contábeis. As pequenas e médias empresas precisam se preparar internamente", adverte Neves.

A necessidade de adequar as demonstrações financeiras às especificações da CVM e também às normas brasileiras de contabilidade exige, de fato, uma nova postura dos empresários e de seus funcionários. "Acho que outro desafio é a preparação do formulário de referência, o documento que contém todas as informações da empresa e que deve estar sempre atualizado. É um documento dinâmico e cujas informações têm de dialogar de maneira consistente com as demonstrações financeiras. Essa é, para mim, uma das mudanças culturais necessárias às PMEs, porque elas não estão acostumadas a preparar e disponibilizar tantas informações. É um grande desafio", opina outro integrante do PAC-PME, Bruce Mescher, sócio-líder de Global IFRS and Offering Services (GIOS) da Deloitte Touche Tohmatsu.

Segundo ele, "mesmo que a auditoria seja uma exigência no mercado de ações, para as PMEs ela também funciona



Ivan Clark



André Ferreira

Auditoria funciona como selo de qualidade para PMEs atraírem investidores



Bruce Mescher

como uma espécie de selo de qualidade na hora de atrair os investidores. E é bom lembrar que o relacionamento da empresa com o auditor também vai mudar após a abertura de capital, porque os prazos serão mais rígidos e serão necessárias informações que as PMEs não têm tradição de fornecer".

A falta de recursos para fazer investimentos no *back office* nas PMEs e assegurar o cumprimento das exigências do mercado de capitais é uma das principais preocupações de Ivan Clark, sócio da PwC Brasil e líder do escritório da firma no Rio de Janeiro.

Para Clark, "infelizmente, no Brasil, talvez por conta da nossa cultura de inflação no passado, sempre deixamos de lado o *back office*, os controles e procedimentos de governança. E essas são áreas fundamentais para uma empresa que pretende chamar o mercado para compartilhar seu sucesso. Então, necessitamos de uma mudança de cultura", diz.

Clark cita como exemplo o mercado de Israel, com centenas de empresas de médio porte, especialmente na área de tecnologia, listadas no mercado de capitais, muitas delas

também presentes na Bolsa de Nova York. Segundo ele, apesar da instabilidade na economia global, as empresas israelenses captaram US\$ 5,5 bilhões no mercado de ações em 2012, o melhor resultado desde 2006. "Este é um bom modelo a ser seguido, com empresas bem estruturadas, organizadas, com foco no produto e no mercado em que atuam. Contando com iniciativas do governo, da BMF&Bovespa, da CVM e as nossas propostas do PAC-PME acredito que o Brasil também pode chegar lá", vislumbra Clark. ✓



Contabilidade:

Ciência Estratégica
a Serviço da Sociedade.



23^ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado de São Paulo

Informações e inscrições: www.convecon.com.br
ou pelo email: convecon@convecon.com.br

Organizadores



IBRACON
Associação Brasileira de Contabilidade



Apoio



Promoção



Agência
Oficial



18 a 20
agosto de 2013

Palácio das Convenções do Parque Anhembi
São Paulo - SP

Renda em expansão. E o setor de seguros também

O desafio, agora,
é manter a
rentabilidade
frente à queda
dos juros

Planos de previdência para pequenas empresas, apólices contra processos administrativos e, mais recentemente, microsseguros. A expansão da economia e a ascensão da nova classe média brasileira abrem espaço à criação de novos nichos no setor de seguros, que tem aproveitado ao máximo o cenário econômico positivo para ampliar também o volume de negócios. Na lista de novidades estão desde seguros de vida ao custo de R\$ 9,90 mensais até apólices mais complexas que preveem, por exemplo, proteção a executivos questionados ou acusados de negligência quanto às suas funções.

Para se ter uma ideia, entre janeiro e setembro de 2012, o setor de seguros, capitalização e previdência complementar aberta registrou receita de R\$ 111,8 bilhões, de acordo com dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep). O valor significa aumento de quase 20% em relação ao mesmo período de 2011. A adesão maior aos planos de previdência é que impulsiona os números. E uma das explicações está na melhoria da renda: o brasileiro está aprendendo a poupar e planejar mais o futuro. Mas não é só isso.

A aprovação e a regulamentação do microsseguro pela Susep tende a dar um impulso ainda maior ao segmento, nos

próximos anos. Para o superintendente da Susep, Luciano Portal Santana, essa regulamentação foi um marco na história do setor, por prever a contratação à distância e a utilização de correspondentes bancários para o fechamento dos negócios. "Isso aumenta a competitividade e beneficia o consumidor com preços mais acessíveis e serviços diferenciados", afirma.

Não à toa, grandes instituições financeiras, como Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Santander, já disputam uma fatia desse mercado que, segundo estimativas, vai movimentar em torno de R\$ 6 bilhões nos próximos dez anos. Para muitos especialistas, esse produto financeiro será abraçado pelos consumidores das classes C, D e E especificamente por conta do baixo preço individual – há apólices por até R\$ 5 mensais.

"Já temos 100 mil correspondentes bancários no País. Acredito que, com a formação dos corretores de microsseguros, poderemos contar com até 700 mil pessoas trabalhando nesse nicho", informa o presidente da Comissão de Microseguros e Seguros Populares da Confederação Nacional de Seguros (CNSeg), Eugênio Velasques. Ele acredita que, nos próximos anos, pelo menos 100 milhões de consumidores terão ao menos um desses produtos entre seus investimentos.



Leonardo Lourenço

Segmento de microsseguro promete impulsionar ainda mais o mercado

Desafios

Mas nem tudo são flores no mercado segurador brasileiro. Ao mesmo tempo em que a renda da população cresce, a qualidade de vida também melhora e, com ela, vem a expectativa de longevidade da população. Estima-se que, até 2050, o brasileiro viva em média 81 anos – hoje a média é de 73 anos.

Essa é uma realidade que traz um grande desafio ao setor de seguros, que precisa mudar todos os seus parâmetros e métricas, incluindo os riscos inerentes ao negócio, para garantir que o produto vendido hoje atenda aos compromissos de rentabilidade, no futuro.

No caso do Brasil, além de a expectativa de vida aumentar, há ainda as mudanças na conjuntura macroeconômica, com a queda da taxa de juros – que reduz espaço para os investimentos em renda fixa (mais segura) e obriga as empresas a se arriscarem mais para conseguir

maior rentabilidade em suas aplicações financeiras.

“É cada vez mais desafiador achar essa fórmula e a saída que vejo é uma distribuição maior do risco entre as seguradoras e as instituições financeiras”, diz Leonardo Lourenço, superintendente de Produtos da seguradora Mongeral Aegon.



Eugênio Velasques

Crescimento e otimismo



Setor mantém expansão anual acima de 10% há uma década

ampliando ao mesmo tempo a competição e as opções de preços. A chegada de novas empresas – sejam elas nacionais ou estrangeiras – é, para Santana, uma das melhores soluções para que os preços fiquem mais acessíveis.

A regulamentação do mercado de microseguros também está nessa lista. “Ainda não é possível traçar estimativas para esse mercado, mas acreditamos que pelo menos 40 milhões de pessoas podem se tornar consumidores do mercado de microsseguros”, complementa o superintendente da Susep.

Segundo Santana, a partir deste ano, a tendência é de que, além da ampliação das ofertas de microsseguros, comecem a chegar ao mercado opções de micro previdência – um segmento que, acredita, tende a crescer no país a despeito das maiores exigências de gestão impostas pelo novo cenário dos juros no País.

“A tendência de queda da taxa de juros é muito positiva, mas vai exigir uma qualidade melhor de gestão e da aplicação dos ativos por parte das empresas que fazem o gerenciamento desses recursos”, diz, enfatizando que essa já é uma realidade em outros países.

Luciano Portal Santana

Segundo análise do superintendente da Susep, Luciano Portal Santana, no passado, por conta da inflação que estimulava uma cultura de planejamento de curto prazo, o cenário não era propício para os investimentos em previdência e seguros. “A estabilidade e o crescimento da economia criaram um ambiente mais aberto ao mercado, o que motivou a expansão do setor a taxas superiores a 10% ao ano nos últimos dez anos”, explica Santana, que comemora: “Temos registrado crescimento muito acima do PIB, o que mostra o potencial

desse segmento”, diz.

É justamente por conta das oportunidades que o setor apresenta que a Susep está trabalhando em uma série de medidas que visam a estimular uma expansão ainda maior, associada à melhoria da qualidade dos produtos e serviços ofertados ao consumidor. “Nossa principal meta é reduzir preços para ampliar cada vez mais o acesso das pessoas a esse tipo de serviço”, revela Santana. Na lista de ações estão medidas que visam a reduzir a burocracia para abertura de empresas do segmento,

E que as empresas brasileiras – além das estrangeiras que atuam por aqui – terão de rever estratégias para garantir as receitas dos fundos e conseguir cumprir os valores contratados pelos planos, sejam eles novos ou adquiridos em anos de taxas de juros elevadas.

Cerco fechado e novos produtos

Além das medidas de estímulo ao setor já em andamento dentro da Susep, a entidade tem apertado o cerco contra empresas que atuam irregularmente. “Estamos fechando operações de empresas que vendem produtos completamente à margem da fiscalização da Susep, sem a nossa autorização”, diz Santanna. Esse tipo de trabalho, de acordo com ele, ajuda a dar mais credibilidade ao mercado de seguros, porque acaba com a concorrência desleal e com problemas que afetam diretamente a imagem do setor, em especial junto aos novos clientes.

Setor ganhou novos players nos últimos anos

A partir deste ano, a Susep tende a reduzir o tempo de análise para abertura de empresas – hoje são necessários em média seis meses –, com o objetivo de simplificar a burocracia e aumentar as chances de entrada de novos

operadores no Brasil. “O aumento da competitividade é a chave para a redução de preços ao consumidor e para a melhora constante dos produtos e da qualidade dos serviços prestados”, diz Santanna. Ele ressalta o segmento de resseguros, que ganhou novos *players* nos últimos anos – após a abertura do mercado e o fim do monopólio que era exercido pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Atualmente, 103 empresas atuam nesse segmento, do qual o IRB ainda detém aproximadamente 44% de participação.

Mas a tendência, afirma Santanna, é de que essa concentração se dilua com o passar dos anos, não só no mercado de resseguros, mas em outros segmentos.

A Susep também analisa, em parceria com a ANS, o lançamento de novidades na área de saúde, como o VGBL Saúde, um produto de previdência que vem sendo avaliado pelo Ministério da Fazenda. O objetivo é encontrar um novo modelo de financiamento para o setor de saúde e de capitalização dos planos diante do novo cenário de envelhecimento da população. Hoje, a expectativa de vida do brasileiro é de 73 anos – 20 anos a mais do que nos anos 1960. “Estamos analisando, ainda, a criação do VGBL Solidariedade, com parte dos recursos a serem encaminhados para a área de saúde pública”, conta Santanna.

MERCADO SEGURADOR

RECEITA

R\$ 111,8 BILHÕES

(DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2012)

CRESCIMENTO DE 20% EM RELAÇÃO A IGUAL PERÍODO

DE 2011



ATÉ 2050
A EXPECTATIVA DE VIDA DO BRASILEIRO PASSARÁ DE 73 PARA **81 ANOS**



Ibracon orienta o mercado

O Grupo de Trabalho (GT) de Seguradoras do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil participa ativamente dos debates mais relevantes envolvendo o mercado segurador. O GT tem como objetivo discutir e analisar temas relacionados à contabilidade e à auditoria independente no âmbito das operações das sociedades seguradoras, das empresas de capitalização, das entidades abertas de previdência privada e das resseguradoras.

Além de atuar em comissões permanentes da Superintendência de Seguros Privados (Susep), como a Comissão Contábil e a Comissão Atuarial, representantes do GT do Ibracon participam das discussões sobre temas específicos, como a contabilização das operações de resseguro, do capital baseado em riscos e do teste de adequação de passivos, entre outros.

“A Susep tem estabelecido uma extensa agenda de trabalhos visando ao aprimoramento e à modernização das normas do setor. O Ibracon, por meio do GT, participa desse processo”, explica José Rubens Alonso, ex-coordenador do GT, no que é corroborado pelo novo coordenador, Roberto Paulo Kenedi.

Kenedi explica que o GT participa ativamente deste processo, seja por meio das audiências públicas ou das comissões permanentes e/ou temporárias instituídas pela Susep. E destaca a grande agilidade com que o GT reage às necessidades dos associados do Ibracon, citando como exemplo a Circular nº 457, da Susep.

Tão logo a norma foi publicada, em dezembro, o GT se debruçou sobre o texto, para analisar seus impactos e concluiu que havia necessidade de o Ibracon emitir orientações



José Rubens Alonso

aos seus associados, o que se deu com o Comunicado Técnico (CT) nº 01/2013.

“Nesse processo, estreitamos nosso relacionamento com a Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon. Imediatamente, realizamos várias *conference calls* para discutir o tema. A audiência pública ocorreu em novembro, a circular da Susep foi publicada em 17 de dezembro e já no início de janeiro começamos uma rodada de reuniões para analisar o texto e seus desdobramentos”, conta o coordenador Kenedi.

O comunicado do Ibracon orienta os auditores independentes na emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e posteriores, em decorrência das alterações introduzidas pela Susep, para o Teste de Adequação de Passivos (TAP).

O GT participa, ainda, dos debates



Roberto Paulo Kenedi

envolvendo a revisão e a atualização das normas instituídas pela Resolução 118 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Essa resolução é relevante, já que regulamenta a atividade de auditoria nos mercados supervisionados pela Susep e, também, disciplina a constituição e o funcionamento dos comitês de auditoria nesses mercados.

A resolução, publicada em 2004, instituiu um conjunto de normas moderno e efetivo, mas necessita atualizações e ajustes que devem ser implementados de forma a assegurar a qualidade da regulação no setor.

Outro tema importante na pauta do GT é o acompanhamento do processo de desenvolvimento da Fase II do IFRS 4, norma internacional de contabilidade que trata dos contratos de seguro. O GT mantém ainda um subgrupo dedicado ao acompanhamento e discussão de temas relacionados aos seguros e planos de saúde, regulamentados e supervisionados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). ✓



Resultados de exame do CFC causam apreensão



Ana Tércia Rodrigues

Os resultados do Exame de Suficiência realizado em setembro de 2012 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) mostram um preocupante aumento no número de reprovações. No exame anterior, aplicado em março, o índice de reprovados entre os bacharéis em Ciências Contábeis ficou em 52,81%. No curso técnico de Contabilidade, o percentual foi de 64,6%. No exame de setembro, foram reprovados 73,95% dos alunos de graduação e 66,51% dos estudantes do curso técnico.

O pior desempenho na prova de março foi dos alunos do Amapá. No bacharelado o índice de reprovação foi de 79,17% e no curso técnico, de 96,67%. Na graduação, o melhor resultado foi registrado no Rio de Janeiro, com 43,15% de reprovados. No curso técnico, o Rio Grande do Norte teve o menor índice de reprovação, mas mesmo assim mais da metade dos candidatos não obteve a nota mínima exigida: 53,85%.

No exame realizado em setembro, o Acre registrou 91,74% de reprovados entre os bacharéis. O melhor resultado foi do Rio Grande do Sul, também com elevado percentual de alunos reprovados: 66,01%. No curso técnico, nenhum estudante foi aprovado no Acre e no Amapá. Em Sergipe, 50% demonstrou ter conhecimentos suficientes para obter o registro profissional.

Ana Tércia Rodrigues, conselheira do CFC, acredita ser prematuro fazer uma análise isolada dos resultados, uma vez que vem ocorrendo uma inserção gradativa do conteúdo das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), convergidas ao padrão IFRS, no Exame de Suficiência.

“Os resultados espelham uma necessidade urgente de adequação das instituições de ensino superior a esses conteúdos. Não estou falando em alteração de grades curriculares, pois acredito que elas já foram adequadas às mudanças ocorridas na contabilidade nos últimos anos. Falo da necessidade de atualização do conteúdo que está sendo trabalhado em sala de aula, diretamente com os alunos, pois o professor é o veículo que proporcionará o contato com esse novo mundo de informações. Se ele não está atualizado, não há currículo que dê conta de resolver o problema”, alerta Ana Tércia.

A conselheira do CFC ressalta ainda que os alunos, por outro lado, também precisam

desenvolver uma postura mais proativa e aumentar o volume de leitura, não só do conteúdo das normas, mas também de novas publicações que são editadas sobre o tema e que ajudam a esclarecer e interpretar o conteúdo técnico.

“O volume de NBCs é bastante extenso e seu conteúdo nem sempre é de fácil assimilação por um jovem que, muitas vezes, tem pouquíssima experiência prática ou vivência nas situações descritas nas normas. Nesse caso, a figura do professor como agente facilitador é fundamental, mas a complementação com a leitura de livros e artigos técnicos é essencial. Já existe material editorial de boa qualidade no mercado, tanto para desenvolver conhecimentos técnicos, quanto para proporcionar uma melhor preparação para o Exame de Suficiência”, afirma.

Ana Tércia admite, porém, que o conteúdo da prova ainda não está no estágio em que o CFC gostaria. Segundo ela, “as questões estão muito focadas no conteúdo das normas e exigem pouco da análise de fatos, estudo de casos e interpretação. O CFC, juntamente com a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), responsável pela elaboração do Exame de Suficiência, desenvolve ações no sentido de aprimorar as questões, incluindo estudos de psicométrica, cujo apoio vem sendo buscado junto a entidades parceiras e mais avançadas nessa área”, revela. ✓

A regra é clara

Nova resolução do CFC com normas para entidades desportivas vai contribuir para melhorar a gestão dos clubes de futebol

As discussões entre os amantes do futebol não se restringem mais apenas aos lances registrados em campo, durante os jogos. As mesas redondas após as partidas extrapolam as análises sobre a atuação do árbitro e dos craques, as defesas dos goleiros ou o esquema tático adotado pelo treinador. Cada vez mais, os torcedores atentam também para o trabalho dos dirigentes. E a profissionalização da gestão dos clubes ganha espaço nas rodas de conversa. Quanto maior o grau de seriedade nos bastidores, com as finanças em ordem, maior a chance de sucesso dentro do gramado e, obviamente, de conquistar mais títulos.

De olho na organização dos clubes de futebol, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, em janeiro, a Resolução nº 1.429/2013 definindo a aplicação da ITG 2003 - Entidade Desportiva Profissional nos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A norma estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, registros contábeis e estruturação das demonstrações de entidades de futebol profissional e demais entidades de práticas desportivas profissionais. Ela também se aplica a outras entidades que, direta ou indiretamente, estejam ligadas à exploração da atividade desportiva profissional e não profissional.

O Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil contribuiu para o debate realizado antes da aprovação da norma, tendo enviado um documento com sugestões ao CFC, em novembro. Ângela Zechinelli Alonso, do GT de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes do Ibracon, participou da elaboração do documento. Segundo ela, com a adequação das normas brasileiras às internacionais, o Brasil se alinha às boas práticas já consagradas em outros países.

Instrução reduz riscos de erros na interpretação dos critérios adotados pelas entidades desportivas profissionais

“O perfeito fluxo das informações, bons controles internos e boas práticas de governança corporativa são essenciais para que os contadores e auditores se sintam confortáveis no exercício de suas atividades”, avalia Ângela Alonso. E ressalta que os contadores e auditores precisam entender as atividades das entidades para as quais prestam serviços, o conteúdo dos contratos que elas assinam e os direitos e obrigações decorrentes desses contratos, de modo a ter condições de adequá-los à prática contábil vigente.



Ângela Alonso

"A intenção da ITG é oferecer um conteúdo mais abrangente a todos os interessados, reduzindo o risco de erros na interpretação dos critérios adotados pelas entidades desportivas profissionais e possibilitando maior segurança nas auditorias", explica. A ITG 2003 conceitua, de maneira

clara e objetiva, alguns termos e operações, como entidade desportiva profissional, atleta profissional, atleta não profissional ou em formação, luvas, direito de arena, cláusula indenizatória desportiva, cláusula compensatória desportiva, direito de imagem da entidade etc.

O que mudou fora de campo

A relação dos torcedores com os principais jogadores do seu clube do coração sempre foi muito apaixonal, levando em consideração apenas o desempenho nas partidas. Como parte da pressão sobre os atletas, são comuns os gritos de "mercenário" dirigidos aos jogadores que recebem altos salários, mas não correspondem em campo. Também não é raro que o jogador seja hostilizado quando troca de time. Os torcedores santistas, por exemplo, atiraram moedas no meia Paulo Henrique Ganso, em seu primeiro jogo na Vila Belmiro após ter trocado o Santos pelo São Paulo.

Ângela Alonso esclarece que, apesar dos protestos nas arquibancadas, "o contrato do atleta é um contrato de trabalho com características diferentes, mas sua essência consiste ainda no



vínculo empregatício". Dessa forma, as entidades esportivas e os responsáveis por sua contabilidade devem ficar atentos às informações que serão inseridas nos seus registros e demonstrações contábeis, tanto para os atletas em formação, como para os profissionais.

Para os atletas em formação, os valores gastos diretamente relacionados com sua capacitação devem ser registrados como intangíveis e os valores não diretamente relacionados devem ser contabilizados como despesas no resultado do exercício. "Os registros contábeis classificados como intangíveis, relativos aos custos com atletas em formação, devem ser reclassificados para atletas formados por ocasião da assinatura do contrato profissional", alerta.

No caso do atleta profissional, os valores gastos com a liberação e a assinatura do contrato de trabalho devem ser reconhecidos no ativo intangível. Os gastos posteriores da entidade em função de participações e possíveis negociações desse atleta devem ser registrados em conta de despesa, exceto no caso de se obter

indicações concretas de que esses valores resultarão em benefício econômico futuro. No mínimo uma vez por ano, ao menos por ocasião do encerramento do exercício social, deve ser avaliada a eventual necessidade de redução ao valor recuperável dos direitos contratuais de cada atleta (*impairment*). Constatada que a capacidade de recuperação, total ou parcial, não se realizará, deve ser reconhecida a perda no resultado pelo valor não recuperável, com apoio de documentação apropriada.

Entidades esportivas e contadores devem ficar atentos às informações inseridas nos registros e demonstrações contábeis

Ângela Alonso explica ainda que "a ITG 2003 buscou mostrar que o conceito dos gastos com contratação por parte de uma entidade desportiva – e que devem ser classificados como um intangível a título de gastos com contratação – está limitado apenas aos gastos com a contratação, ou seja, pela assinatura do contrato

de trabalho, envolvendo, por exemplo, honorários advocatícios e comissões de intermediação. Gastos futuros referentes a direitos de negociação não estão enquadrados no conceito de gastos com contratação. Apesar de óbvio, é um erro de interpretação frequente que acompanhamos nas demonstrações contábeis".

A contabilidade dos clubes de futebol também deve contemplar informações sobre a receita de bilheteria, direitos de transmissão das partidas, direito

de imagem dos jogadores e cessão da marca. Outra recomendação é que os registros contábeis evidenciem, por atividade e por categorias, as receitas, custos e despesas, especialmente separando o desporto profissional das demais atividades esportivas, recreativas ou sociais da entidade.

Bola na rede



Um dos principais modelos de gestão do futebol profissional no Brasil, especialmente após a conquista do Mundial de Clubes, o Corinthians iniciou em 2007 a divulgação periódica, no seu site oficial, do balanço patrimonial, do demonstrativo de resultados e da demonstração da dívida.

“Tudo o que planejamos lá atrás foi implementado. Temos o estádio em construção e conquistamos títulos relevantes. Isso mostra a importância do planejamento estratégico e só foi possível porque a primeira coisa que fizemos ao assumir a gestão do clube foi realizar um balanço real e auditado das nossas contas”, diz o diretor de Finanças do Corinthians, Raul Corrêa da Silva, que integrou o grupo que elaborou a ITG 2003, na qualidade de presidente da BDO RCS Auditores Independentes.

Para explicar a contratação de uma auditoria externa no Corinthians – sem ligação alguma com a sua empresa –, Silva recorre a um episódio histórico do clube, na década de 1970, quando o então presidente alvinegro, Miguel Martinez, foi deposto por decisão do Conselho Deliberativo. “Havia ocorrido uma queda de receita e o clube entrou em uma situação financeira muito complicada, principalmente porque o presidente não fazia ideia de como estavam as finanças quando assumiu. Ele não fez uma auditoria, não acompanhava as receitas e acabou

saindo como se fosse um ladrão”, recorda.

Para evitar que fantasmas do passado assombrassem os planos do Corinthians, a Diretoria da qual Silva passou a fazer parte em 2007, com Andrés Sanchez na presidência e, posteriormente, sob o comando de Mário Gobbi, decidiu adotar uma postura transparente com relação aos números do clube. Os balanços passaram a ser auditados, assim como o relatório de sustentabilidade, inédito para os clubes de futebol no mundo inteiro.

“Naquela época, poucos clubes tinham balanços com informações reais. O próprio Corinthians já apresentava algumas informações boas, além do São Paulo e do Internacional. Atualmente, todos os grandes clubes apresentam balanços confiáveis. O último que faltava reconhecer o seu passivo, e fez isso no ano passado, era o Botafogo (RJ). Tenho certeza de que a auditoria vai ajudar até mesmo os clubes menores. É preciso ter um contador, gerando números com credibilidade, e também fazer um acompanhamento orçamentário”, avalia o diretor corinthiano.

Ele explica que a ideia, no início do trabalho no Corinthians, também era mostrar as contas de forma transparente, com a implementação, por exemplo, de notas explicativas, fluxo de caixa e o acompanhamento orçamentário, incluindo reuniões mensais para conscientizar os integrantes da diretoria.

“Reconhecemos que temos *stakeholders* importantes e mais de 30 milhões de torcedores que querem saber qual é a situação real do clube. E quando mostramos os números, com dados consistentes, temos mais credibilidade e conseguimos gerar mais negócios. Além de paixão, o futebol é gol. Mas, para chegar a isso, precisamos de um time competitivo. Nossa experiência mostra que estamos no caminho certo, com a modernização e profissionalização da gestão dos clubes de futebol”, conclui o diretor campeão do mundo. ✓



Raul Corrêa da Silva

Ágio da discórdia

Indefinição das autoridades fiscais causa desconforto no mercado e pode prejudicar negócios de fusões e aquisições

O Brasil experimenta, nos últimos anos, uma onda de fusões e aquisições envolvendo direta ou indiretamente empresas nacionais. O fato de o País viver um momento de relativa estabilidade, associada à perspectiva de crescimento nos próximos anos, contribuiu para o incremento no número de negócios. Essa movimentação torna ainda mais relevante o debate em torno da definição do cálculo do valor do ágio em aquisições, que foi tema do seminário *Ágio contábil e fiscal – Aspectos relevantes e polêmicos*, realizado no final do ano passado em conjunto pelo Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

“Há uma grande discussão sobre a figura do ágio societário e do ágio fiscal, uma vez que o Pronunciamento Contábil CPC 15 – Combinação de Negócios criou o mecanismo de alocação de preço de compra (*Purchase Price Allocation* – PPA) aos ativos intangíveis adquiridos e determina que todos os ativos e passivos da entidade adquirida sejam marcados ao valor justo, mesmo os que não estavam registrados nos livros. Atualmente, a legislação não abriga o conceito de PPA, limitando a conceituá-lo como sendo a diferença entre o valor pago, deduzido do patrimônio líquido registrado nos livros contábeis da empresa adquirida”, diz Idésio Coelho, diretor Técnico do Ibracon. Segundo ele, com a aplicação do conceito contábil do PPA, o ágio societário passou a diferir do

ágio fiscal, criando métricas de cálculo diferentes e, portanto, gerando impactos fiscais.

“Um aspecto fiscal importante diz respeito à forma de contabilização do PPA, que é refletido somente nas demonstrações financeiras consolidadas, não afetando as demonstrações individuais. Para fins fiscais, não há reconhecimento do PPA e a alocação do valor justo aos ativos e passivos adquiridos, a menos que ocorra a incorporação da empresa adquirida. O problema é que a legislação fiscal não é clara sobre este tema”, avalia Idésio Coelho.

Na opinião de Roberto Quiroga Mosquera, sócio do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, “a questão do ágio, hoje, talvez seja o maior contencioso administrativo tributário do País”. Ele estima que pode chegar a R\$ 50 bilhões o volume de autuações a empresas brasileiras por conta do tema. As autoridades fiscais questionam – e autuam – diversos aspectos dos negócios, como o laudo de avaliação, a transferência de ágio e o fornecimento de informações de adquirentes estrangeiros. Ricardo Antonio Carvalho Barbosa, auditor fiscal da Receita Federal, explica que o instrumento do ágio permitiu muitos planejamentos tributários que, sob a ótica do Fisco, são ilícitos.

Elaine Funo, diretora de Controladoria da Embraer, acredita que o desafio das empresas é fazer a combinação de negócios,

chegar ao ágio e provar sua essência e rentabilidade futura. E que é preciso preparar a documentação necessária, fazer *due diligence* e os laudos.

Idésio Coelho lembra que, conceitualmente, uma incorporação reversa ocorre quando a entidade adquirida incorpora legalmente a entidade adquirente. "Esse instrumento geralmente faz parte de planejamento tributário utilizado pelas empresas objetivando tornar a amortização do ágio dedutível fiscalmente. Embora aceita pela legislação fiscal, o Fisco também já sinalizou que vai passar a exigir uma extensão documentação para essas operações", avisa.

Ele lembra, ainda, que o ágio – ou *goodwill* – é um ativo que representa os benefícios econômicos futuros gerados pelos ativos adquiridos em uma combinação de negócios, e que não são individualmente identificáveis ou reconhecidos separadamente aos ativos e passivos adquiridos. "Em outras palavras, é a diferença entre o preço de compra e o valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos e os intangíveis identificados. Assim, a fundamentação do ágio é vital na determinação de eventual *impairment*



João Carlos Castilho Garcia, Elaine Funo, Adelino Pinho, Ariovaldo dos Santos, Ricardo Antonio Barbosa, Roberto Quiroga Mosquera e Idésio Coelho

contábil e suporte da amortização para fins fiscais".

O diretor Técnico do Ibracon explica que a Interpretação Técnica ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial determina que o ágio não deve ser amortizado contabilmente, sendo passível de teste anual de *impairment*.

"A metodologia para determinação do valor recuperável mais usada é a do fluxo de caixa descontado. Esse teste, além de ser uma imposição da norma contábil, é de suma importância, uma vez que o ágio só se realiza pela alienação do negócio ou pelo seu perecimento, que ocorre quando os benefícios econômicos futuros gerados pelos ativos comprados são inferiores ao valor do ágio contábil", conclui o diretor.

Parceria

Na abertura do seminário, João Carlos Castilho Garcia (então presidente da Anefac, em final de gestão, substituído por Amador Rodriguez, em 2013), destacou sua satisfação com a parceria firmada com o Ibracon. E Adelino Dias Pinho, presidente do Ibracon 5ª Seção Regional, falou da importância da participação dos contadores e auditores independentes na discussão do tema e reafirmou a realização de novas palestras em conjunto com Anefac.

O evento teve como moderador o professor da FEA/USP Ariovaldo dos Santos e a apresentação dos palestrantes foi feita por Carlos Aragaki, coordenador da Câmara de Contadores do Ibracon e diretor de Controladoria da Anefac. O Ibracon presenteou os palestrantes com o livro *Normas Internacional do Relatório Financeiro (IFRS) 2012*, do International Accounting Standards Board (IASB), traduzido para o português. ✓

Ibracon firma importante parceria com o BID

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) iniciou a liberação de recursos para um projeto que tem o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil como executor e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) como coexecutora, com o objetivo de contribuir para a convergência das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e das normas internacionais de auditoria independente (ISA). Também são apoiadores do projeto o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O total a ser liberado será de US\$ 1 milhão, com contrapartidas locais de US\$ 1,5 milhão, incluindo recursos financeiros e recursos econômicos.



O projeto estabelece três frentes de atuação. A primeira diz respeito à tradução e revisão de materiais e à elaboração de propostas para adoção das normas internacionais. O segundo componente do projeto é a elaboração de um plano de difusão das novas normas, com a realização de seminários, conferências e outros eventos que permitam atingir ampla parcela da sociedade civil para discutir a conversão das IFRS e das ISA. Por fim, o projeto tem um aspecto educacional, com a oferta de cursos de capacitação para públicos envolvidos, sendo que o primeiro deles



Eduardo Pocetti

será destinado a professores de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) de todo o Brasil.

“A aprovação do projeto e a liberação dos recursos do BID são um reconhecimento internacional do trabalho desenvolvido pelo Brasil e revelam que estamos no caminho



Projeto também envolve a Fipecafi, o CFC, a FACPC, a Apimec, a Abrasca e a BM&FBovespa

certo, ocupando posição relevante no debate sobre a convergência das IFRS e das normas internacionais de auditoria independente e na sua efetiva implantação no País", comemora o presidente do Instituto, Eduardo Pocetti. Ele lembra que o projeto conta com a contribuição de outras entidades parceiras, entre elas o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as instituições que fazem parte desse grupo ao lado do Ibracon, como o CFC, a Fipecafi, a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais (Apimec), a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), a BM&FBovespa e

a Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC). "Todos tiveram papel fundamental no desenvolvimento do projeto, com um objetivo comum, que é o processo de convergência das IFRS", diz Pocetti.

O processo de adoção das IFRS no Brasil repercute positivamente além das fronteiras, com elogios a diversas ações e, mais especificamente, a esta iniciativa. Na opinião de Amaro Luiz de Oliveira Gomes, membro do International Accounting Standards Board (IASB), "o Brasil, ao ter adotado as IFRS integralmente, sem nenhum ajuste local, é um dos exemplos de que o sucesso na implementação das normas internacionais é o resultado direto de empenho e profissionalismo, conjugado à qualidade técnica dos profissionais brasileiros".

Sobre a educação e capacitação dos profissionais e professores das IES, temas contemplados no convênio entre o Ibracon e o BID, Gomes diz que "são requisitos fundamentais, não somente

Banco vai repassar US\$ 1 milhão para aprofundar ações de difusão das IFRS no Brasil



Amaro Luiz de Oliveira Gomes

para a implementação das IFRS, mas igualmente para a aplicação consistente das mesmas ao longo do tempo, principalmente pelo fato de serem estruturadas com base em princípios, e não em regras específicas. Temos uma permanente preocupação, no IASB, com a observância estrita das IFRS e da sua aplicação consistente, de modo a permitir a comparabilidade entre as diversas jurisdições que adotam as normas internacionais".



Edison Arisa

Histórico

O coordenador técnico do CPC, Edison Arisa, lembra que a discussão da convergência das normas brasileiras às normas internacionais teve início há muito tempo, mas que ganhou celeridade em 2006, quando as entidades citadas por Pocetti formaram o CPC e começaram a realizar um trabalho direcionado à adoção das IFRS no ambiente brasileiro.

Naquela época surgiram diversos fóruns importantes, como o próprio CPC, e ações concretas, incluindo a tradução e revisão de alguns documentos internacionais. "Simultaneamente, havia a necessidade de mudança na legislação que contemplasse esse processo de adoção das IFRS e isso foi efetivado com a aprovação da Lei 11.638/2007, que estabeleceu uma alteração na lei das sociedades por ações (Lei 6.404/1976) e permitiu a plena

convergência para as IFRS", lembra Arisa.

Ainda em 2006, o Ibracon e o CFC iniciaram em conjunto um projeto de convergência às normas internacionais de auditoria emitidas pelo Iasb e pela International Federation of Accountants (Ifac), diz o coordenador do CPC.

"Era um trabalho imenso, percebemos que seria necessário apoio e investimento e começamos a discutir com o BID, em 2007, uma linha de financiamento do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), específica para a convergência às normas internacionais de contabilidade e auditoria", recorda Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral do Ibracon.

Segundo ele, o Ibracon e as demais entidades parceiras, com uma postura proativa, deram início, mesmo antes da

Parceiros tiveram papel fundamental no desenvolvimento do projeto

aprovação do BID, a diversas atividades previstas como contrapartidas no projeto. "O BID está reconhecendo parte disso agora, tanto do ponto de vista de resultados, quanto da aplicação de recursos financeiros e econômicos", afirma Fuchida.

Ele esclarece, ainda, que a tramitação da proposta teve diversas etapas desde 2007, passando até mesmo por momentos de turbulência por conta das crises financeiras internacionais dos últimos anos que afetaram as doações do BID. Após a apresentação do projeto, o Ibracon recebeu, em 2008, a visita de uma missão do BID e manteve contatos com técnicos do banco em 2009 e 2010. No início de 2011, o projeto foi aprovado no comitê de doadores e, após o cumprimento de exigência para viabilizar o convênio, com a documentação em ordem, a liberação de recursos teve início no final do ano passado.



Marco Aurelio Fuchida

Projeto privilegia formação e capacitação de profissionais

De acordo com Fuchida, "agora, nosso objetivo é avançar com novas ações nos próximos anos. Poderemos imprimir maior velocidade às ações. Uma das prioridades é a área educacional, oferecendo o curso para professores das IES, que é uma ação fundamental e com um custo elevado", diz o superintendente do Ibracon.

As três áreas de atuação previstas no projeto encaminhado ao BID já começaram a ser desenvolvidas mesmo antes da aprovação da proposta e fazem parte de um trabalho contínuo para esclarecimento das normas internacionais de contabilidade e de auditoria e sensibilização de todos os públicos envolvidos no processo de convergência.

O primeiro item, que trata da tradução, revisão e aprovação das normas internacionais, também prevê o acompanhamento de como está ocorrendo a emissão das normas e possíveis revisões e alterações nesses documentos. Nesse sentido, já está consolidada a tradução do livro anual IFRS, iniciada em 2008, como forma de manter atualizado o material que embasa a atividade desenvolvida pelo CPC.

Outra atividade já estabelecida é a participação, cada vez maior, de representantes do Ibracon e entidades parceiras

nos fóruns internacionais que discutem a convergência das normas, possibilitando um incremento na troca de experiências e, conseqüentemente, o surgimento de sugestões para a adaptação das normas à realidade brasileira.

O segundo componente do projeto aprovado pelo BID prevê a disseminação de informações, com a realização de diversos seminários e conferências que permitam atingir um público maior e estimular discussões sobre a convergência às IFRS e às normas de auditoria. O debate já ocorria, mas agora, com a liberação de recursos do BID, o Instituto acredita que poderá haver mais celeridade na organização de novos eventos.

O projeto apresenta como terceira frente de atuação a área educacional, privilegiando a formação e capacitação de profissionais. A primeira ação a ser colocada em prática será o curso destinado aos professores das IES. Em uma próxima etapa, a ideia é que esse conhecimento esteja ao alcance de todos os profissionais contadores e, posteriormente, dos usuários de informações financeiras. Ainda na área educacional, o Ibracon e as entidades parceiras já vêm desenvolvendo, como contrapartida prevista no convênio com o BID, treinamentos para profissionais em diversas regiões do Brasil.

Programa atenderá a 1.200 docentes em todo o Brasil



Iran Siqueira Lima

O curso de IFRS e normas de auditoria destinado a professores do ensino superior, subsidiado com os recursos repassados pelo BID, terá suas inscrições abertas neste semestre, seguindo as indicações de um representante para cada uma das Instituições de Ensino Superior que oferecem a graduação em Ciências Contábeis no País.

O programa, que tem a Fipecafi como coexecutora ao lado do Ibracon, deve atingir cerca de 1.200 docentes do Brasil inteiro e está dividido em seis módulos: Relatórios Financeiros; Ativo; Obrigações, Receitas, Contratos de Construção e Concessões; Grupos de Empresas e Instrumentos Financeiros; IFRS para Pequena e Média Empresa; e Normas de Auditoria.

Curso vai contribuir para a qualidade dos cursos de Ciências Contábeis



Maria Rosa Trombetta

O conteúdo será ministrado integralmente na modalidade de ensino à distância (EAD), com início das aulas previsto para 1º de julho e término em junho de 2014. Para a professora Maria Rosa Trombetta, gestora de *e-learning* da Fipecafi, "é fundamental que os jovens que estão sendo formados para atuar como contadores sejam acompanhados por professores atualizados quanto às mudanças que ocorreram com a adoção das normas internacionais e passem a atuar como multiplicadores".

Sobre o fato de o curso ser ministrado à distância, ela diz que "vivemos em um país de dimensões continentais e, por isso, temos situações heterogêneas e, muitas vezes, com dificuldade de acesso às informações por parte dos professores das IES. Com o EAD, nosso objetivo é justamente atender a essa diversidade, oferecendo um programa de qualidade".

O presidente da Fipecafi, Iran Siqueira Lima, vislumbra a possibilidade de o curso também contribuir para a melhoria dos cursos de graduação em Ciências Contábeis. "A troca de experiências e a rede de relacionamentos proporcionada pelo

ambiente de aprendizagem virtual é um benefício à área de ensino contábil do País, pois favorece a discussão, atualização e desenvolvimento da educação contábil, dos professores de contabilidade, dos cursos e, conseqüentemente, de seus alunos. A Fipecafi compreende que tem uma enorme responsabilidade, mas também que esse desafio está completamente alinhado à sua missão e valores institucionais", finaliza.



Exemplo para a América Latina

O desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs), com a difusão das normas IFRS em todo o Brasil, está entre as principais expectativas do Fundo Multilateral de Investimento (Fumin), do BID, ao aprovar a liberação de recursos para o projeto do Ibracon.

“Criado em 1993 como parte do grupo BID, o Fumin desenvolve abordagens efetivas para apoiar o crescimento econômico e a redução da pobreza por meio de ações de desenvolvimento capitaneadas pelo setor privado para o apoio a micro, pequenas e médias empresas, beneficiando as populações de baixa renda, seus negócios, suas propriedades agrícolas e seus domicílios”, explica Luciano Schweizer, especialista

sênior do Fumin e chefe da equipe de supervisão do projeto em parceria com o Ibracon.

“Desde que começamos a apoiar o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade e auditoria, entendemos que esse era um fator importante para agregar competitividade às empresas de um país, mais especificamente às PMEs, uma vez que as grandes empresas não enfrentam muitas dificuldades para se adequar às normas internacionais. Nas PMEs, o processo, sem dúvida, é mais complexo”, explica Luciano Schweizer.

Para ele, “o Brasil está fechando com chave de ouro a adoção das normas

internacionais de contabilidade e auditoria. Temos um processo bem sucedido e resultados concretos. Agora, com o apoio do BID, esperamos criar mecanismos para, da forma mais democrática possível, tornar essas informações acessíveis nos quatro cantos do País”.

Luciano Schweizer ainda vislumbra a possibilidade de o Brasil servir de exemplo para outros países da América Latina. “Esperamos que nossos vizinhos possam ver o que foi feito aqui e também se beneficiar com a experiência brasileira, inclusive criando parcerias regionais, por exemplo, entre o Ibracon ou o CFC com entidades representativas do setor na região”, conclui. ✓



Luciano Schweizer

O Brasil fecha com chave de ouro a adoção das normas internacionais

Ibracon reforça apoio às FAPMP

Nacional cria diretoria para pequenas e médias

Desde a adoção das regras internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards, IFRS) e de auditoria (International Standards on Auditing, ISA), as firmas de auditoria de pequeno e médio portes (FAPMP) enfrentam inúmeros desafios e precisam concentrar esforços para se adaptar não apenas às novas normas como também à conjuntura macroeconômica do Brasil.

Com o objetivo de colaborar para a excelência dessas firmas, o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, que já tinha o Grupo de Trabalho de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (GT de FAPMP), criou no final do ano passado a Diretoria das FAPMP, que está sob a responsabilidade de Adriano Faria.

O presidente da Nacional, Eduardo Pocetti, tão logo foi eleito, anunciou sua intenção de intensificar ainda mais a atuação do Ibracon no apoio às firmas de auditoria de pequeno e médio portes. "Acho fundamental interagir mais fortemente com elas. A criação da nova diretoria reflete



a importância das FAPMP para o mercado de auditoria independente", garante Pocetti.

Para o diretor Adriano Faria, ter um representante na Nacional é uma conquista de todos. "É muito importante que o Instituto se aproxime cada vez mais das FAPMP", afirma. Ele destaca que a maioria das empresas brasileiras é de pequeno e médio porte (PMEs).

"Isso evidencia a necessidade de termos FAPMP qualificadas para atender a esse mercado e que o Ibracon tem um papel de extrema relevância na orientação aos contadores e auditores independentes. A nova diretoria foi constituída exatamente para estreitar as relações entre as FAPMP e o Instituto, ou seja, ser um facilitador para que as questões importantes e de interesse geral sejam encaminhadas aos comitês técnicos do Ibracon", afirma Faria.

O coordenador do GT de FAPMP, Nelson Pfaltzgraff, lembra que a criação da nova diretoria foi tema de uma reunião realizada em junho do ano passado. Na ocasião, o presidente Pocetti e os



Adriano Faria

integrantes do GT discutiram a necessidade de novas associações para o fortalecimento do Ibracon, alternativas para a educação continuada em localidades distantes dos grandes centros, o trabalho com as entidades congregadas e uma melhor comunicação sobre o papel e a importância das firmas de auditoria de pequeno e médio portes.

Os planos do diretor

Sócio de uma FAPMP, o novo diretor afirma que os desafios do segmento são muitos e preocupantes. "Nos últimos cinco anos, as atividades de auditoria e contabilidade passam pelo processo de convergência às normas internacionais. Sabemos que são processos complexos e cada FAPMP tem suas dificuldades. A qualificação de seus profissionais é a principal dessas preocupações, em parte atendida pelos treinamentos e cursos oferecidos pelo Ibracon", analisa Faria.

O diretor conta que, na reunião da Nacional realizada em janeiro, foi ratificado o planejamento feito no ano passado, que incluía priorizar e incrementar o programa de educação continuada. "É um desafio enorme proporcionar educação para as FAPMP, sobretudo para as localizadas fora dos grandes centros. Nosso trabalho será, em conjunto com o GT de FAPMP, formado por firmas de várias regiões do Brasil, identificar como poderemos realizar eventos de educação continuada de maior eficácia. Teremos, ainda, que acompanhar o andamento de todas as ações propostas pelo GT e que são encaminhadas para os diversos comitês técnicos", complementa Faria.

Mas ele chama a atenção: é importante que as firmas de pequeno e médio portes façam a sua parte e entendam que a atividade passa por uma forte mudança. "Nossa responsabilidade,

Diretoria vai concentrar esforços na educação continuada

como auditores, está cada vez mais evidente e requisitada. O Ibracon tem feito um trabalho muito forte na busca de novas oportunidades para a ampliação da atividade de auditoria e é de suma importância que as FAPMP estejam em condições de absorver parte significativa desse mercado. É necessário que os auditores, sobretudo aqueles das FAPMP, participem do processo e criem as condições para que o Ibracon possa analisar e viabilizar eventos que atendam às suas demandas", acrescenta.

Segundo ele, o Ibracon desenvolve um processo de modernização que vem melhorando a disponibilização de informações importantes aos seus associados.

"O Instituto, por meio de seus vários grupos de trabalhos e comitês, bem como de seus programas de educação continuada, discute constantemente diversos assuntos direcionados às FAPMP. Essas informações são disponibilizadas no site do Ibracon, bem como nesta nossa revista *Transparência Ibracon* e por correio eletrônico. Nosso GT realiza reuniões mensais e discute vários assuntos relevantes para as FAPMP, como, por exemplo, o manual e programas de auditoria para FAPMP, o enquadramento das normas de auditoria em relação aos serviços prestados por auditores, a definição de um modelo de carta-proposta e seus cuidados, discussões e sugestões de melhoria das normas contábeis e suas interpretações, o controle de qualidade e a eficácia

do programa de educação continuada. Todo esse material é disponibilizado nos meios de comunicação do Ibracon. É importante que as FAPMP procurem pelas informações e se interessem em discutir com o GT de FAPMP e com a Nacional", informa o diretor.

Quanto à convergência para as normas IFRS, ele analisa que muitas empresas do segmento das PMEs ainda não começaram o processo e, entre as que iniciaram, muitas não o concluíram, devido à complexidade do padrão internacional. "O processo é naturalmente lento, mas está em constante evolução. Entendo que as FAPMP são fundamentais no auxílio às empresas quanto à implantação das novas normas. Independentemente de ser uma questão legal, a adoção das IFRS é um padrão de comportamento. O mercado de forma geral, em especial os fornecedores de recursos e os investidores, exige condutas transparentes, com informações completas e suficientes para a tomada de decisões. Isso é uma oportunidade de prestação de serviços para as FAPMP".

Adriano Faria considera que a capacitação profissional e a educação continuada, em toda e qualquer área, são sempre um grande desafio. "O agravante em relação às atividades de auditoria e contabilidade, além do processo de convergência para as normas internacionais, é termos outras questões importantes e complexas relacionadas às alterações constantes nas legislações tributárias e ao cumprimento de normas emitidas por entidades reguladoras, entre outras", explica.

O diretor afirma que o Ibracon tem como meta expandir a oferta de cursos de educação continuada. "Temos um modelo de realização de eventos presenciais e

com o apoio de profissionais voluntários de empresas de auditoria. A exemplo do ano passado, pretendemos firmar parcerias com as entidades congêneras e também com entidades de ensino, com o objetivo de oferecer uma grade maior de cursos e, sobretudo, procurar cobrir todo o território nacional. Por determinação do presidente Pocetti, as regionais do Ibracon deverão realizar ações no sentido de aproximar as FAPMP associadas, entender e atender as necessidades de educação continuada. Eu diria que, hoje, nos grandes centros, são disponibilizados cursos importantes patrocinados pelo Ibracon e em parceria com outras entidades", conclui o diretor do Ibracon.



A atuação do GT



Nelson Pfaltzgraff

Nelson Pfaltzgraff, coordenador do GT de FAPMP, conta que a sugestão de criar a nova diretoria partiu do grupo. "As firmas de pequeno e médio portes sentiram a necessidade de ter voz ativa no Ibracon e o presidente Eduardo Pocetti, quando assumiu, deixou claro que daria mais atenção às FAPMP", lembra.

Pfaltzgraff explica que o GT tem trabalhado intensamente no apoio às firmas de pequeno e médio portes. "Duas ações já finalizadas e que deverão ser divulgadas em breve são a definição de um modelo de proposta de contratação de serviços – hoje, cada firma

utiliza um modelo e achamos que o ideal é contar com um modelo único – e a definição e caracterização de trabalhos diversos oferecidos aos clientes, como *due diligence*, junto às normas de auditoria", explica o coordenador.

Outra discussão que está bem encaminhada é a seleção de um *software* de auditoria adequado às FAPMP. "Temos pesquisado e experimentado produtos de diversas empresas de TI. Nossa intenção é determinar qual o melhor e de menor custo, de modo a oferecer uma solução adequada aos serviços de auditoria", acrescenta Pfaltzgraff.

Otimismo e boas expectativas para 2013



Giancarlo Attolini



Luiz Fernando Nóbrega

Comitê da Ifac ressalta papel das firmas no apoio às PMEs

Os desafios das pequenas e médias firmas não se restringem ao Brasil e sua atuação é tema de uma pesquisa realizada semestralmente pelo Comitê de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (SMPC) da Federação Internacional dos Contadores (Ifac). O último levantamento, divulgado em janeiro, aponta otimismo, com projeções de crescimento para 2013, apesar de a maioria admitir que as práticas contábeis das firmas e de seus clientes não estão imunes à instabilidade macroeconômica, como o aumento dos índices de inflação em algumas regiões e as incertezas econômicas. A pesquisa compilou 3,7 mil respostas de firmas de todo o mundo, para um questionário distribuído entre novembro e dezembro de 2012.

Após o desafio de manterem-se atualizadas com as novas regulações e normas, três questões estão no topo da lista de preocupações das pequenas e médias firmas no cenário internacional: atração e retenção de clientes; a pressão por honorários mais baixos e o aumento de custos.

“Como condutores do crescimento e desenvolvimento, as pequenas e médias empresas são extremamente importantes para a saúde das economias locais e globais. Não devemos subestimar o valor deste setor e o papel que os contadores desempenham no apoio às PMEs como consultores. Portanto, reguladores e normatizadores precisam estar atentos ao impacto que seus requisitos têm sobre as FAPMP e as PMEs. Como mostram os resultados da pesquisa, esta é uma área que

continua a desafiar as pequenas empresas e seus auditores”, ressalta Giancarlo Attolini, presidente do SMPC.

Para o presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti, “o levantamento mostra que, apesar das incertezas econômicas, o setor está otimista com relação ao crescimento em 2013 e, nesse sentido, o aperfeiçoamento profissional é determinante para a busca do sucesso. Para contribuir, o GT de FAPMP do Ibracon tem discutido e está desenvolvendo diversas ações de apoio ao setor, bem como a Diretoria Nacional está atenta às necessidades dessas firmas”.

Luiz Fernando Nóbrega, presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, uma das entidades parceiras do Ibracon, compartilha da opinião de Pocetti. De acordo com ele, “a qualificação da mão de obra é um desafio para todos, em particular para as pequenas e médias firmas, que têm maior dificuldade também para atrair e reter talentos. As grandes firmas possuem programas próprios de capacitação”.

Segundo Nóbrega, as FAPMP têm uma carteira bastante variada de clientes e isso lhes dá sustentabilidade. Além disso, seus profissionais também têm melhores condições de se aproximar desses clientes e essa relação mais pessoal permite uma continuidade do trabalho desenvolvido pelos auditores. “É um nicho importante do mercado, que nem todo mundo acha que é bom, mas eu não tenho dúvidas de que é, sim, muito importante”, conclui Nóbrega. ✓



pingos e respingos

Estratégia para 2013

O Plano de Trabalho do Ibracon para este ano começou a ser definido em reunião da Diretoria Nacional, em janeiro. Entre as metas destacadas estão a atração de novos associados; ampliação das ações de Educação Continuada; fortalecimento da imagem do Instituto e da profissão, além da ampliação das relações políticas e institucionais. O presidente Eduardo Pocetti reafirmou que os projetos em curso terão continuidade.

Participaram da reunião os diretores Carlos Alberto de Sousa (Desenvolvimento Profissional), Francisco Maldonado Sant'Anna (Comunicação), Idésio da Silva Coelho Jr. (Técnico), Eduardo Affonso de Vasconcelos (Administração e Finanças) e Paulo Cezar Santana (Regionais).



CRC-SP: 66 anos

O presidente Eduardo Pocetti prestigiou a festa de 66 anos do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP). Moacyr Baptista Pinheiro, diretor da 5ª SR, recebeu a medalha "Joaquim Monteiro de Carvalho". E Cláudio Longo, coordenador do Comitê de Normas de Auditoria e membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas do Ibracon, foi agraciado com a medalha "Pedro Pedreschi".

GT Seguradoras

Roberto Paulo Kenedi assumiu a coordenação do Grupo de Trabalho (GT) Seguradoras do Ibracon no início do ano, substituindo José Rubens Alonso. O GT se dedica a temas relevantes para a contabilidade e auditoria independente no âmbito das operações das sociedades seguradoras, empresas de capitalização, entidades de previdência privada, resseguradoras e operadoras de planos de saúde. O GT também interage com a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

1ª Regional

Paolo Giuseppe Araújo é o novo presidente da 1ª SR, em substituição a Robinson Passos de Castro e Silva. Antes



de assumir o comando da regional, Araújo exerceu, ao longo de 2012, o cargo de diretor técnico. A 1ª SR também mudou de endereço (está na R. Tristão Gonçalves, 827, CEP 60.015-000, Fortaleza, Ceará) e de telefone (85 3065-3420).

Reunião no Coaf



A comissão instituída pelo CFC e que conta com a participação do Ibracon e da Fenacon se reuniu com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para

analisar a minuta elaborada visando regulamentar a Lei nº 12.683, conhecida como Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

Energia

O GT de Energia do Ibracon e a Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee) realizaram a palestra *Impactos da Medida Provisória 579/2012 na elaboração das Demonstrações Financeiras (DFs) de 2012 na Indústria de Energia*. O evento foi conduzido por Iara Pasian, coordenadora do GT.



Posse no Sescon-SP

O presidente Eduardo Pocetti e Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª SR, assistiram à posse da nova diretoria do Sescon-SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado de São Paulo). O novo presidente da entidade, Sérgio Approbato Machado Jr., reafirmou a disposição de ampliar as iniciativas em prol das categorias representadas e do empreendedorismo.

O encontro definiu os seguintes pontos:

- A Resolução nº 24, do Coaf e com vigência a partir de 1º de março de 2013, não se aplica aos profissionais contábeis. O CFC é o órgão responsável pela regulamentação da profissão;
- A comissão finalizará a proposta de resolução que, em breve, será submetida ao Plenário do CFC para ser aprovada;
- Será dado um prazo para o início da vigência dessa resolução, para que os profissionais e as organizações contábeis se adaptem à regulamentação e tenham a obrigatoriedade de cumpri-la. Durante esse período, as entidades - CFC, Ibracon e Fenacon - realizarão eventos para disseminação das informações e esclarecimentos sobre a lei e a resolução.

Encontro na CVM

Guy Almeida Andrade, presidente do Conselho de Administração, Eduardo Pocetti, presidente da Nacional, e Marco Aurelio Fuchida, superintendente do Ibracon, reuniram-se com o novo presidente da CVM, Leonardo Pereira, e a diretora Ana Novaes. No encontro, que serviu para estreitar o relacionamento institucional entre as duas entidades, os representantes do Ibracon apresentaram as ações desenvolvidas pelo Instituto e discutiram a possibilidade de uma agenda conjunta de temas de interesse da profissão.

Novo conselheiro



Em Assembleia Geral Nacional Extraordinária realizada em 1º de fevereiro, o Ibracon elegeu Jorge Luiz Canabarro Menegassi para substituir Luiz Guilherme Frazão São Pedro, que pediu desligamento do

Conselho de Administração do Instituto. Bacharel em Ciências Contábeis e em Administração de Empresas, Menegassi tem mais de 30 anos de experiência profissional.

Consocial 2012

Foi publicado o relatório final da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social do Rio de Janeiro. O Ibracon foi representado por Nelson Pfaltzgraff, diretor de Desenvolvimento Profissional da 3ª Seção Regional (membro titular); Patricio Marques Roche, presidente da Regional (suplente); e Jorge Ribeiro dos Passos Rosa (membro da Subcomissão de Metodologia e Sistematização). O encontro foi coordenado pela Controladoria-Geral da União. Acesse o relatório em www.consocial.cgu.gov.br/relatorio-final.



Contratos de seguros

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) introduziu em dezembro de 2012 alterações no Teste de Adequação de Passivos (TAP) com o objetivo de avaliar as obrigações decorrentes, com a elaboração das demonstrações financeiras, dos contratos e certificados dos planos de seguro, de previdência complementar aberta e de resseguro.

O Ibracon divulgou o Comunicado Técnico 01/2013, que tem por finalidade orientar os auditores independentes na emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Susep. Além disso, as orientações do CT 01/2013 também consideram as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, para a elaboração dos relatórios referentes aos exercícios sociais

encerrados a partir de 31 de dezembro de 2012.

O CT do Ibracon lembra que a realização do Teste de Adequação do Passivo é um requerimento introduzido pelo CPC 11, que menciona que "a seguradora deve avaliar, a cada data de balanço, se seu passivo por contrato de seguro está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro".

Assim, o comunicado inclui a seguinte orientação: "O CPC 11 não define, no entanto, qual a taxa de desconto que deve ser utilizada. Assim sendo, a utilização das taxas e a revisão dessas taxas que reflitam o retorno estimado dos ativos garantidores devem ser tratadas, em cada data-base, como mudança de estimativa e, portanto, de forma prospectiva, de acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro".

Demonstrações financeiras dos fundos de pensão

Cresce a cada ano o número de empresas interessadas em patrocinar Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), como são chamados tecnicamente os fundos de pensão. Além do avanço na iniciativa privada, o Estado de São Paulo acaba de criar a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-Prevcom).

O Comunicado Técnico 02/2013 do Ibracon orienta a emissão de relatórios sobre as Demonstrações Financeiras dessas Entidades para os exercícios que terminaram em 31 de dezembro de 2012 ou após essa data. O novo CT revogou

e substituiu o conteúdo do CT 04/2011, que também tratava das EFPC.

Os fundos de pensão são regulados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e supervisionados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que estabelecem, entre outros aspectos, as práticas contábeis a serem aplicadas por essas entidades, além da forma e periodicidade das demonstrações financeiras a serem divulgadas.

Uma das orientações do CT 02/2013 é que o auditor independente deverá

analisar se o estudo técnico, preparado pela administração da EFPC, para comprovar a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios, atende aos requisitos estabelecidos nas Resoluções nº 18 do CGPC e nº 9 do CNPC e se as premissas utilizadas e conclusões alcançadas pela administração da EFPC são razoáveis nas circunstâncias específicas da EFPC e não apresentam distorções ou inconsistências relevantes que, se houver, deveriam ser consideradas na emissão de seu relatório de auditoria. ✓

A íntegra dos CTs estão no portal www.ibracon.com.br



2013
Ano da
Contabilidade

2013: Ano da Contabilidade no Brasil, você fará parte desta história!



De geração em geração

Novo presidente do Sescon-SP, Sérgio Approbato Machado Júnior, teve o incentivo do pai para seguir a carreira

A posse de Sérgio Approbato Machado Júnior à frente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e de Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado de São Paulo (Sescon-SP) e também da Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP), em janeiro, reflete o reconhecimento de uma trajetória profissional que se entrelaça de maneira natural com as entidades e as categorias representadas.

Formado em Administração de Empresas, Machado Júnior iniciou sua carreira trabalhando em empresas de diversas áreas, com foco especialmente em processos administrativos e financeiros. Somente depois de um tempo, quando ingressou em uma grande empresa de auditoria, percebeu a importância da contabilidade e decidiu cursar a graduação em Ciências Contábeis.

"Tive um grande incentivo do meu pai e, após algumas experiências externas, comecei a trabalhar na empresa da nossa família, tradicional na área contábil, estando à frente dos negócios, ao lado de nossos sócios, até hoje", conta. A sua aproximação dessas entidades também se deu de forma natural, tendo o pai como um grande incentivador, uma vez que ele sempre foi um líder no segmento, inclusive

com atuação em diversas entidades de âmbitos estadual e nacional, tendo sido presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP) e da regional paulista do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, e laureado com a medalha "João Lyra", a maior premiação da profissão de contabilista, concedida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Machado Júnior conta que a atuação do pai "sempre foi um exemplo natural e um incentivo dentro da profissão. De seus relacionamentos surgiu o convite para que eu participasse de uma comissão no CRC-SP, em 1997. Assim, iniciei minha participação nas entidades".

Expectativas e desafios

Na presidência do Sescon-SP e da Aescon-SP, Machado Júnior visa, prioritariamente, a defesa e valorização das categorias representadas pelas entidades, a luta pela redução da carga tributária, desburocratização e racionalização do sistema tributário brasileiro e pela diminuição dos entraves ao trabalho da categoria contábil e ao empreendedorismo.

Ele revela, ainda, que a educação será uma das principais bandeiras de sua gestão nos próximos três anos, pois

"o empresário e profissional da contabilidade deve ser plural, ter conhecimentos diversos e, principalmente, ter consciência de que o aprimoramento e a atualização devem ser constantes. Estamos no centro das grandes mudanças legislativas, tributárias e tecnológicas, e nossas responsabilidades têm crescido gradualmente".

Machado Júnior não hesita, porém, em afirmar que o maior desafio para o País, "certamente, é a redução da carga tributária, pois o alto custo tributário traz graves consequências para a economia nacional, como o próprio fechamento de organizações, o aumento da informalidade e a perda de competitividade da indústria nacional frente aos produtos estrangeiros, especialmente os oriundos da China".

O novo presidente lembra que o Sescon-SP tem um histórico de campanhas árduas pela redução da carga tributária no Brasil, ao lado das demais entidades do Fórum Permanente em Defesa do Empreendedor, entre elas as que culminaram com a queda da Medida Provisória 232, que aumentava a carga tributária do setor de serviços, e com a extinção da CPMF.

"Agora, precisamos intensificar nossos pleitos neste sentido, em temas importantes como a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, que traz um aumento de carga embutido; a ampliação e efetiva desoneração da folha de pagamento; a ampliação de incentivos fiscais, entre outros, sem esquecer a vigilância constante em propostas e iniciativas que impliquem um novo aumento de carga tributária, para que o problema não se agrave ainda mais. Além disso, precisamos exigir dos



Trabalho conjunto entre as entidades contábeis é um exemplo para todo o País

governos intensa política de redução de gastos públicos, pois a ineficiência traz a necessidade de aumento e criação de novos tributos", afirma.

Especificamente sobre a profissão de contador, Machado Júnior diz que o Sescon-SP vai continuar investindo fortemente na divulgação da convergência brasileira às normas IFRS e na capacitação profissional.

Segundo ele, "temos buscado esclarecer nossa base de representação e a sociedade em geral sobre a convergência, que é uma realidade que veio para ficar, que busca uma linguagem

universal. Por meio da UniSescon, a Universidade Corporativa do Sescon-SP, oferecemos cursos, palestras e seminários, oferecendo alternativas para a capacitação dos empresários e dos profissionais da área contábil".

Machado Júnior avalia que a parceria e o trabalho conjunto das entidades congregadas da contabilidade paulista, entre elas o Ibracon, é um exemplo para todo o País e para outros segmentos, "pois, nos últimos anos, juntas, conquistaram grandes avanços em defesa dos direitos da classe e também pela simplificação e redução da carga tributária". ✓

Relações de trabalho e *compliance*: parceria necessária

Daniella Janoni e Rogéria Gieremek*

O cenário empresarial e o ambiente regulatório trabalhista estão cada vez mais complexos, o que se reflete diretamente nas relações do trabalho, exigindo constantes atualizações das políticas de uma organização. E, quando falamos em pessoas, os números de processos trabalhistas distribuídos na Justiça do Trabalho são bastante significativos: só no ano de 2011, tivemos mais de dois milhões de novas reclamações trabalhistas ajuizadas no Brasil, 6% a mais do que no ano anterior, considerando-se a distribuição perante as Varas do Trabalho, conforme relatório de estatísticas do Tribunal Superior do Trabalho.

Isso significa que, cada vez mais, as empresas devem ficar atentas quanto à adoção de práticas corporativas pautadas na ética, na observância da legislação trabalhista e, não menos importante, de práticas voltadas à melhoria no processo de gestão de pessoas. É que muitos dos conflitos nascem de problemas de relacionamento entre colegas de trabalho, principalmente, entre subordinados e liderados e, ao final, deságuam no Judiciário trabalhista. Prova disso são os inúmeros pedidos que versam sobre assédio moral no ambiente de trabalho.

Algumas empresas não contam com controles rígidos de conduta e não disseminam a ética no trabalho e, por via de consequência, não tomam conhecimento de fatos como esses a tempo de resolver o problema e punir os responsáveis.

Daí a importância de uma forte política de ética nas relações



Rogéria Gieremek



Daniella Janoni

de trabalho e cumprimento da legislação trabalhista, a qual pode ser gerida por uma área de *compliance*, bem como consubstanciada em canais de ouvidoria, códigos de conduta com previsão de sanções disciplinares, transparência no processo de comunicação, entre outras ferramentas auxiliaadoras no controle das relações do trabalho, seja para prevenir ou para identificar riscos. Além disso, um programa eficaz de *compliance*, aliado às melhores práticas de gestão de pessoas, aumenta o grau de satisfação e de confiança do empregado na empresa, impactando diretamente no clima organizacional.

É sabido que as pessoas querem trabalhar em um ambiente saudável, ético, íntegro, que respeite os valores intrínsecos ao ser humano e que, efetivamente, busque o bem da coletividade. Um programa eficaz de *compliance* permite que se alcancem esses objetivos.



A eficácia e a eficiência do programa de *compliance* vão muito além da mera existência formal de um código de conduta ética

A eficácia e a eficiência do programa de *compliance* vão muito além da mera existência formal de um código de conduta ética – se os colaboradores de uma empresa perceberem que não há coerência entre as disposições do código e as práticas adotadas na organização (por exemplo, sonegação de impostos, pagamentos realizados “por fora” do contrato de trabalho, condutas desrespeitosas aos direitos do trabalhador, maus-tratos), por mais bem feita que seja a norma, seguramente será tida como “letra morta”.

Assim, a integridade, no sentido de unicidade entre o que se prega e o que se pratica, em uma organização, adquire mais importância do que nunca, a fim de garantir o equilíbrio entre as relações trabalhistas. O papel da área de *compliance*, nesse contexto, fica evidente.

O empregado deve saber que tem a quem recorrer e que será ouvido, sem riscos de retaliação. Daí a necessidade de canais de denúncias, que admitam o anonimato, a fim de preservar a identidade daquele que, corajosamente, decidiu dividir a sua dor ou mesmo expor uma fragilidade sistêmica, de controles, ou um fato concreto.

Claro que sempre deve haver a correta e criteriosa apuração dos fatos, a fim de evitar qualquer injustiça, mas, uma vez comprovada a denúncia, as providências devem ser adotadas de imediato e, sem a exposição dos protagonistas, dar-se publicidade ao ocorrido para que sirva de exemplo e alerta para os demais empregados.

Com essa medida, tanto se divulgará que a empresa não tolera malfeitos, de nenhuma natureza, como que ouve os seus colaboradores e apura com rigor os fatos que sejam trazidos ao seu conhecimento. Não há segredo – é dessa maneira que se consegue conquistar a confiança dos empregados.

Assim, fica a dica: sem dúvida, a parceria relações do trabalho e *compliance* é um diferencial para as grandes organizações. ✓

** Daniella Janoni é especialista em Direito do Trabalho e consultora de Relações Trabalhistas e Sindicais da Votorantim Cimentos*

Rogéria Gieremek é mestre em Direito pela PUC/SP e gerente executiva de Compliance da Serasa Experian para a América Latina

Inscrições abertas

Encontro promovido pelo Ibracon tem vagas limitadas

O Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil realiza, nos dias 10 e 11 de junho, a 3ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, no Hotel Intercontinental, na região dos Jardins, em São Paulo. O encontro, que já está com as inscrições abertas, deve reunir mais de 350 participantes e contar com a presença de palestrantes com experiência relevante no cenário nacional e internacional.

O objetivo da conferência é debater temas centrais do universo da contabilidade e da auditoria independente, que possam agregar valor ao conhecimento dos profissionais.

Entre os assuntos que serão abordados estão a convergência para as normas internacionais IFRS; a importância da Educação Continuada e da qualificação profissional; o relacionamento com o Poder Público e os órgãos reguladores da profissão e do mercado; e a difusão de conhecimentos sobre o papel da auditoria para diversos agentes da sociedade brasileira.

A conferência do Ibracon, que conta com o apoio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), será credenciada no Programa de Educação Profissional Continuada. A primeira conferência, realizada em 2011, foi idealizada pela Diretoria Nacional, que constatou a necessidade de criar



um fórum para discussões sobre contabilidade e auditoria independente, sua adaptação à sociedade contemporânea e as perspectivas para o futuro.

O primeiro encontro fez parte das comemorações dos 40 anos do Ibracon e comprovou que a ideia de realizar o evento havia sido acertada. Mais de 300 pessoas estiveram presentes e a conferência teve a participação de palestrantes ligados às principais entidades internacionais do segmento, como o Iasb (International Accounting Standards Board – Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade) e a Ifac (International Federation of Accountants – Federação Internacional dos Contadores).

A conferência do Ibracon já se tornou um marco no calendário anual das atividades relacionadas à contabilidade e à auditoria independente no Brasil.

Mais informações sobre inscrições para a 3ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon podem ser obtidas no site www.ibracon.com.br/conferencia. As vagas são limitadas. ✓

MAIS DE 40 ANOS A SERVIÇO DA AUDITORIA E CONTABILIDADE

SEJA UM ASSOCIADO

Faça parte do Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Veja algumas vantagens:

- ✓ Recebimento de informações técnicas atualizadas
- ✓ Fortalecimento e valorização da profissão
- ✓ Possibilidade de participação em Fóruns e Grupos de Trabalhos
- ✓ Participação, em condições diferenciadas, nos cursos de Educação Continuada, possibilitando a permanente atualização e excelência profissional
- ✓ Participação em conferências e palestras com temas de amplo interesse da profissão
- ✓ Acesso a conteúdo exclusivo no portal Ibracon

Consulte sua Seção Regional
www.ibracon.com.br

IBRA✓**CON**
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL



Nacional

**Ibracon - Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil**
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

Seções Regionais

1ª Seção

Rua Tristão Gonçalves, 827
60015-000, Fortaleza, Ceará
Fone/fax: (85) 3065-1099
ibraconprimeira@yahoo.com.br

2ª Seção

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175
ibraconsegunda@smartsat.com.br

3ª Seção

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br
www.ibraconterceira.com.br

4ª Seção

Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção

Rua Maestro Cardim, 1170,
8º e 9º andares
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br
www.ibracon.com.br

6ª Seção

Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibraconsexta.com.br
www.ibraconsexta.com.br

9ª Seção

Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br